

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE NOVAS TECNOLOGIAS  
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Cláudia Adriana Ferreira D'Avila Vaz

**A MOBILIZAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA  
REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL**

PORTO ALEGRE

2015

Cláudia Adriana Ferreira D'Ávila Vaz

**A MOBILIZAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA  
REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido durante o Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor(a) Orientador(a): Cleusa  
Conceição Terres Schuch

PORTO ALEGRE

2015

## RESUMO

Esse trabalho foi desenvolvido durante a edição do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade à distância, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e o Ministério da Educação – MEC. Realizamos um Projeto de Intervenção na nossa escola, onde fazemos parte da equipe diretiva. Optamos pela temática referente ao Conselho Escolar, devido importância do trabalho desse colegiado no espaço escolar. Durante o desenvolvimento do Projeto de Intervenção realizamos diversas reuniões com os integrantes do Conselho Escolar e uma Assembléia Geral com todos os segmentos da comunidade escolar. Enviamos questionários e, quando tabulamos os resultados ficamos surpresos em verificarmos que nem mesmo os professores conheciam seus representantes nesse colegiado. Para a elaboração desse trabalho utilizamos documentos normativos e orientativos sobre o fortalecimento dos Conselhos Escolares, legislação da educação pública estadual e, textos de FRANCO (2005), WERLE (2003), BATISTA (2014), CANDAU (2012), PARO (2005), entre outros. Durante a execução do projeto de Intervenção observamos que uma das maiores dificuldades era reunir todos os membros do Conselho Escolar para a realização das reuniões, no entanto, conseguimos vencer essas barreiras, no entanto, já percebemos avanços, visto que iniciamos, com o apoio do Conselho Escolar a reelaboração do Projeto Político Pedagógico.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Conselho Escolar. Participação

## **Relação de Quadros de Análise de Dados dos Questionários**

1. Quadro 1 – Questionários enviados.....15
2. Quadro 2 – Respostas do questionário por segmento escolar.....15

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. METODOLOGIA: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO TRABALHO .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1. REUNIÕES POR SEGMENTO.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2. INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2.1. Análise dos dados.....</b>	<b>14</b>
<b>3. AÇÕES ANALISADAS .....</b>	<b>20</b>
<b>4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>23</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>28</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho retrata a pesquisa realizada durante o desenvolvimento do Curso de Especialização em Gestão Escolar através da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/Ministério da Educação – MEC.

Esta pesquisa foi aplicada através de um Projeto de Intervenção em uma escola pública do Estado do Rio Grande do Sul, cujo tema escolhido foi a mobilização do Conselho Escolar, esse colegiado que representa todos os segmentos da comunidade escolar e, que quando empenhado em desenvolver o seu papel e trabalhar juntamente com a direção da escola, existe a real possibilidade de juntos, fazerem com que a escola cumpra o seu papel de educar e construir cidadãos conscientes e participativos.

Nossa Escola surgiu através de reivindicações da comunidade da época, criando-se assim através do Decreto nº 4526 de 27/05/1930, o Grupo Escolar. Entre os anos de 1960 e 1962 através do decreto de nº 13198, criou-se o Ginásio Estadual, chegando ao ano 2000 com a definição de Escola Estadual de Ensino Fundamental.

A Escola tem como mantenedora a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e atende aproximadamente 800 alunos, durante três turnos diários de trabalho. A escola atende duas turmas de Educação Infantil bem como todos os anos do Ensino Fundamental, na modalidade regular, diurno e, à noite, atende a Educação de Jovens e Adultos, contemplando também todos os anos do Ensino Fundamental.

Para que possamos realmente vivenciar a gestão democrática em nossa escola percebemos que era necessário que o Conselho escolar assumisse o seu papel e passasse a contribuir de forma efetiva para uma gestão compartilhada, auxiliando a construir uma escola igualitária e justa. O Conselho Escolar tem o poder de deliberar as decisões em conjunto com a direção da escola, uma vez que sua existência tem amparo legal, além de ser formado por pais, alunos, professores e funcionários, ou seja, membros da comunidade escolar.

Para a elaboração desse trabalho utilizamos a LDB 9694/96, Documentos orientativos sobre o fortalecimento dos Conselhos Escolares/ MEC, Lei da Gestão Democrática do Ensino Público do Rio Grande do Sul, Lei nº 10.576 (1995) com

alterações posteriores, textos da FRANCO (2005), WERLE (2003), BATISTA (2014), CANDAU (2012), PARO (2005), entre outros.

Durante a execução desse trabalho foram realizadas diversas reuniões com a Equipe Diretiva, com os membros do Conselho Escolar e com todos os segmentos da Comunidade Escolar, pesquisas bibliográficas sobre o tema e aplicação de questionário a todos os segmentos da comunidade escolar. Quando tabulamos os resultados ficamos surpresos em verificarmos que nem mesmo os professores conheciam seus representantes desse colegiado, que dirá os pais e alunos. Assim, ficou comprovado a falta de visibilidade do conselho escolar em nossa escola, e até mesmo a sua pouca atuação.

Uma das maiores dificuldades apresentadas na implantação do projeto de intervenção foi reunir todos os membros do Conselho Escolar para as reuniões, pois devido às peculiaridades do trabalho de cada um, foi difícil realizar esses momentos. E outro fato que podemos considerar como dificuldade foi o receio das pessoas opinarem frente à direção da escola, pois sentiam-se envergonhadas e inseguras.

Este estudo está distribuído em quatro capítulos. O capítulo primeiro apresenta reflexões sobre o Referencial Teórico, onde pesquisamos os conceitos de Gestão Escolar, o que é, como é formado e quais as atribuições do Conselho Escolar. No segundo capítulo nos referimos a metodologia que foi desenvolvida ao longo do trabalho, em que destacamos a pesquisa-ação, essa metodologia articula os conhecimentos e a prática educativa, produzindo novos conhecimentos, com o objetivo de modificar a prática da realidade pesquisada. O terceiro capítulo retrata as ações realizadas durante o desenvolvimento do trabalho, apresentando reflexões e algumas conclusões. O último e quarto capítulo se refere às considerações finais que apresentam reflexões sobre o resultado da pesquisa realizada e alguns encaminhamentos que a escola está realizando, como as reuniões para a reelaboração do Projeto Político e Pedagógico, bem como a criação do espaço para o grupo docente e discente realizarem as discussões pertinentes e os apontamentos que levarão a construção desse documento.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Atualmente no Brasil, diversas políticas públicas estão sendo implementadas, contudo a desigualdade social ainda é um grande desafio na sociedade brasileira.

Lembrando que a premissa dos direitos humanos é a igualdade entre todos os seres humanos, a desigualdade também na área educacional ainda é muito presente em algumas regiões do nosso país. Essa desigualdade se torna mais evidente quando alguns dados são identificados, como na pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA<sup>1</sup>, que ano de 2010 identificou que os brasileiros com 15 anos ou mais de idade, atingiram em 2009 o equivalente há 7,5 anos de estudo.

A referida pesquisa ainda destaca que a escolarização na zona urbana apresenta 3,9 anos a mais de estudo em relação a zona rural. Na questão raça é observado que os negros têm 1,7 anos a menos de estudos que os brancos. Outro fator determinante é a questão econômica, em que os ricos apresentam sempre uma melhor situação escolar em relação aos pobres. Portanto, o direito à educação, previsto na legislação brasileira parece distante quando tomamos conhecimento dessa situação apontada.

Segundo CANDAU (2012, p.720), "a educação como direito humano é considerada um direito social integrante da denominada segunda geração de direitos, formulados e afirmados a partir do século XIX". No Brasil podemos caracterizar o direito à educação em dois pontos: expansão da escolarização, onde são destacados os anos de obrigatoriedade escolar e no âmbito da construção de uma educação escolar comum a todos.

A partir dos anos 90 foram implantadas diversas políticas educacionais no país para darem conta da diversidade cultural, étnica, sexual e da inclusão. Contudo, somente em 12 de maio de 2012, tivemos homologada pelo ministro da Educação as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos que apresenta como base os princípios: de dignidade; igualdade; reconhecimento e valorização das

---

<sup>1</sup>Vide Comunicados do IPEA nº 66 – PNAD 2009 – Primeiras Análises: Situação da Educação Brasileira –avanços e problemas.



diferenças e da diversidade; laicidade do estado; democracia; na transversalidade e sustentabilidade.

Dentre os princípios acima destacados daremos ênfase no trabalho para a democracia, através do tema gestão democrática da escola, com ênfase no conselho escolar.

Entendemos por gestão democrática o compartilhamento de gerir a instituição escolar. Esse compartilhamento deve ser feito com o colegiado que representa todos os segmentos da comunidade escolar, o Conselho Escolar, em consonância com a mantenedora e as leis que regem a educação.

A gestão democrática surgiu na forma de lei a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e ganhou força com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei 9394 de 1996 e com o Plano Nacional de Educação de 2001, que vieram estabelecer a democracia como um princípio básico para reger o ensino público no país.

No ambiente escolar a gestão democrática se constitui na prática da integração de todos os segmentos da Comunidade Escolar em prol de uma educação de qualidade, em que todos podem ser protagonistas, como aponta LIBÂNEO (2012): “[...] a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. (LIBÂNEO, 2012, p.87).

Essa participação pressupõe um trabalho coletivo em que prevalece o debate de ideias, em que todos têm voz, e dessa forma será promovido o fortalecimento da democracia dentro da ambiente escolar.

GADOTTI e ROMÃO (1997) destacam que a participação é a base da democracia e a melhoria da qualidade de ensino quando dizem:

[...] todos os segmentos da comunidade escolar podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade, os que nela estudam e trabalham, intensificar seu desenvolvimento com ela, e assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida.(GADOTTI e ROMÃO, 1997, p.16).

Então, para que ocorra o fortalecimento da gestão escolar é necessária a criação de espaços propícios para que as discussões entre os segmentos possam acontecer na escola, como o Conselho Escolar, o Grêmio Estudantil e a Associação

de Pais e Mestres que representam papel de suma importância para o desenvolvimento da prática democrática.

BATISTA (2014, p.4), destaca que a "escola é um espaço público, e como tal, requer a gestão de seus usuários de direito". E para o uso desses direitos a autora ressalta em seus estudos, um dos espaços de participação, o Conselho Escolar.

Uma das principais funções do Conselho Escolar é a de integrar a escola com a comunidade local incentivando-os a participar de ações desenvolvidas tanto pela escola quanto pela comunidade.

A função fiscal também é atribuição do Conselho Escolar, que tem como objetivo o acompanhamento das demandas e aplicações dos recursos. E ao exercer essa função fiscal, o conselho escolar gerencia a instituição de ensino juntamente com o diretor da escola, como BATISTA (2014,p.5) esclarece: "o Conselho Escolar, nesta perspectiva, pode ser considerado, como o espaço político-institucional que traz à tona as relações de poder dentro do âmbito da unidade escolar".

Acreditamos que essa "relação de poder" existe realmente, pois em muitas escolas o conselho escolar é um mero apreciador de contas e do calendário escolar, ficando as decisões para o diretor da instituição, de maneira monocrática, perdendo assim toda a sua função democrática.

O Conselho Escolar também atua em outras duas dimensões que são a competência deliberativa e consultiva que tem a função de elaborar, decidir, deliberar e aprovar assuntos relacionados à gestão escolar, bem como opinar, discutir e participar de qualquer assunto relacionado a escola, em que vir a ser consultado.

A questão pedagógica é outra dimensão que passa pelo colegiado do Conselho Escolar. Esse deverá ser o responsável para que toda a Comunidade Escolar discuta, avalie o Projeto Político Pedagógico da escola, com o objetivo de elaborar, reelaborar ou revisar o mesmo. O Conselho Escolar deve estar atento, pois a estruturação do ensino bem como a estruturação física ou melhoria desta, devem ter como foco a qualidade da educação.

O conselho também necessita conhecer os sistemas de avaliação internos e externos, os quais a escola está submetida, bem como acompanhar essas avaliações em que toda a Comunidade Escolar deverá estar envolvida, para

que possa estar atuando, dando ideias, apresentando propostas de melhoria para a escola.

Segundo WERLE (2003), não existe Conselho no vazio, ele é o que a comunidade escolar estabelece, constitui e operacionaliza. Percebemos então que o conselho escolar depende realmente, da responsabilidade e comprometimento dos atores envolvidos nesse colegiado. Se esses atores assumirem seus papéis, cientes de suas responsabilidades, a escola contará com um conselho escolar atuante, no entanto, se as relações forem distanciadas e burocráticas, e as ações meramente formais, o conselho vai assumir um papel formal, muito mais de responsável em homologar decisões do que discutir, promover modificações e definir prioridades.

O Conselho Escolar se constitui na própria expressão da escola, como seu instrumento de tomada de decisão. O Conselho Escolar, similarmente ao Conselho Universitário, representa a própria escola, sendo a expressão e o veículo do poder da cidadania, da comunidade a quem a escola efetivamente pertence. (BRASIL, 2004,p.34).

Sendo assim, quando temos um conselho escolar forte e ativo podemos melhorar e avançar na qualidade do ensino, e colaborar na construção uma escola justa e igualitária. Portanto, o conselho escolar tem também papel significativo e relevante na construção do Projeto Pedagógico de uma escola.

Sabemos que o Projeto Político Pedagógico é um documento que retrata a realidade da escola e esse deve ser construído com a participação efetiva da comunidade escolar, nessa construção, o conselho escolar é um espaço de muitas possibilidades. Por isso, sentimos em nossa escola, a necessidade do fortalecimento do nosso conselho escolar, com o objetivo de promover uma gestão mais democrática, uma vez que, a reformulação do PPP de forma participativa, através de um conselho atuante, poderá garantir uma educação de forma igualitária e com qualidade, que atenda as reais necessidades da escola.

A Constituição Federal de 1988, através do seu art. 205 determina que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dessa forma, estaria garantida a igualdade entre todos para o exercício do seu direito a educação. Sabemos que, tradicionalmente o Brasil é um país em que somente as classes elitizadas tinham o acesso e a permanência à educação garantida, mudar esse paradigma demanda tempo e políticas focalizadas, como ocorreu com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que contribuiu muito para a universalização do ensino fundamental.

No que tange a escola pública, quando existe uma equipe diretiva que trabalha em consonância com o conselho escolar, a tendência é que todos trabalhem em prol de uma educação pública e de qualidade, como afirma BATISTA (2012):

[...] o papel pedagógico do Conselho escolar está na recuperação da dimensão política da educação pública brasileira através da participação da comunidade escolar no enfrentamento real de questões relacionadas à escola e na construção da sua identidade político-institucional. (BATISTA, 2012, p. 13)

Estamos vivenciando no Rio Grande do Sul um momento muito difícil no que se refere à gestão escolar, pois foi aprovado um Projeto de Lei em que empresas poderão “adotar” determinada escola e, em troca de publicidade, poderão auxiliar essa instituição no que for necessário na questão física, podendo até mesmo intervir na questão pedagógica. Cabe ressaltar que, a situação física das escolas do nosso estado, estão com muita precariedade, fato que tem sido denunciado pela mídia, como espaços abandonados pelo poder público.

Como lidar com essa situação de precariedade e o aceno de mais recursos doados por essas empresas?

Nossa escola, onde está sendo desenvolvida essa pesquisa, vivencia um momento em que as verbas da merenda estão reduzidas e as da manutenção estão em atraso há mais de três meses, fazendo com que não sejam efetuadas as compras de materiais de limpeza básicos, e nem mesmo o gás de cozinha, entre outros itens.

Com toda essa dificuldade financeira que afeta a escola, notamos uma grande desmotivação por parte do professor que se sente desvalorizado e ainda tem que trabalhar num ambiente com recursos insuficientes. As formações continuadas também não estão mais acontecendo, enfim, a educação pública do Rio Grande do

Sul vive um momento muito delicado, em que o descaso e o desrespeito do poder público com a escola estadual é evidente.

Tem outro projeto de lei que aguarda votação, e irá modificar a Lei da Gestão Democrática na rede estadual de ensino do estado, quando um diretor poderá ser candidato quantas vezes forem de seu interesse e o conselho escolar passará somente a atuar na questão administrativa e financeira. O Conselho Estadual de Educação já fez um manifesto se posicionando contra esse projeto de lei.

Ao lermos esses dois projetos de lei, percebemos que um complementa o outro, fazendo com que a lei da gestão escolar seja modificada e que no futuro, as escolas poderão seguir cartilhas elaboradas por empresas, então, perguntamos: como ficam as diretrizes básicas da educação pública? Como ficará assegurado o direito à educação pública e de qualidade? E qual será a função do gestor escolar nesse formato?

Acreditamos que ao aprovarem esses Projetos de Lei estaremos vivenciando um retrocesso na democracia das escolas. O próprio Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – CPERS já fez inúmeras manifestações para chamar a atenção da categoria e da comunidade escolar para essa questão.

Infelizmente, o Brasil ainda vive sem uma política educacional realmente voltada para a escola pública. Ainda vivenciamos no nosso país a educação partidária, em que cada governo ao assumir a sua gestão, faz as alterações que atendem os seus interesses e partidos e os projetos que prometiam muito ficam esquecidos e são substituídos por novos projetos educacionais.

## **2 METODOLOGIA: o processo de construção do trabalho**

A metodologia desenvolvida neste trabalho foi a pesquisa-ação. Essa metodologia articula os conhecimentos e a ação educativa, produzindo novos conhecimentos na tentativa de mudança da prática da realidade pesquisada.

O que nos levou a trabalhar com esse método foi a necessidade apresentada pelo grupo de transformar a realidade que estamos vivenciando, uma vez que, “Fazer pesquisa-ação significa planejar, observar, agir e refletir de maneira mais consciente, mais sistemática e mais rigorosa o que fazemos na nossa experiência diária”.(KEMMIS e MCTAGGART, 1988 apud RICHARDSON).

As ações surgiram do coletivo e caminharam em função desse, também foram interativas e tentaram conduzir ao entendimento de todos.

Segundo, FRANCO (2005), “Se alguém opta por trabalhar com pesquisa-ação, tem a convicção de que pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática.”

Essa metodologia de trabalho implica na participação da comunidade escolar como sujeitos ativos no conhecimento de sua própria realidade, possibilitando aos mesmos adquirir conhecimentos necessários para resolver problemas e satisfazer as necessidades.

Esse trabalho, ao investigar a realidade promoveu a ação das pessoas envolvidas no projeto, pois, o conhecimento da realidade incentivou a organização, mobilização, sensibilização e conscientização. Foi um trabalho participativo que se constituiu em uma ação democrática. Essa pesquisa-ação foi desenvolvida através de reuniões e de questionários, onde fizemos um levantamento de dados para percebermos a realidade que iríamos investigar.

### **2.1 REUNIÕES POR SEGMENTO:**

No primeiro momento, realizamos várias reuniões com o Conselho Escolar, com a equipe diretiva da escola, com os professores e funcionários da escola. Essas reuniões ocorreram por segmento, e em outros momentos eram agrupados todos juntos.

As reuniões tiveram como objetivo fazer com que, em um primeiro momento, os membros do Conselho Escolar, conhecessem a sua função e sua importância dentro desse colegiado, e a partir desse momento, se interessassem mais pelos assuntos da escola, participando ativamente.

Ao desenvolvermos as reuniões por segmento, nosso objetivo foi que os pais, os alunos, os professores e funcionários conhecessem esse colegiado que faz parte da escola, bem como a função de cada membro do conselho escolar.

Com o auxílio da secretária da escola, enviamos um questionário por família, para contemplarmos o segmento de pais ou responsáveis, com o objetivo de obter informações sobre o que realmente conheciam sobre o Conselho Escolar e traçarmos algumas estratégias de ação.

Entregamos o questionário na sala de aula, para todos os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e para todos da Totalidade 1 até a Totalidade 6 da Educação de Jovens e Adultos, para que nos respondessem questões referentes ao conselho escolar e seus membros.

No segmento professores e funcionários todos receberam o questionário e o responderam.

Além do questionário, utilizamos a pesquisa bibliográfica sobre o tema conselho escolar: a legislação vigente, estudos de FRANCO (2005), WERLE (2003), CANDAU (2012), GADOTTI (1997) e BATISTA (2014).

## **2.2. INSTRUMENTOS DE PESQUISA**

Elaboramos um questionário com apenas três questões de escolha simples, conforme apêndice as fls. 27, com o objetivo de verificar o que a comunidade escolar sabia sobre o conselho escolar, sua composição e atuação.

### **2.2.1 Análise dos dados dos questionários:**

No quadro a seguir apresentamos a tabulação dos dados dos questionários devolvidos:

**Quadro 1 – Quantidade de questionários enviados e devolvidos para todos os segmentos da comunidade escolar**

Segmento	Nº de questionários entregues	Nº de questionários devolvidos
Professores e funcionários	57	55
Pais e responsáveis	378	297
Alunos 6º ao 9º ano	398	306
Alunos EJA	241	196

O quadro evidencia que os membros da comunidade escolar foram muito receptivos ao instrumento, pois dos 1.074 questionários enviados, retornaram 854, isto é, 79,52% responderam as questões dentro do prazo estipulado.

Ao tabularmos as respostas obtivemos os seguintes resultados expressos no quadro 2:

**Quadro 2- Resultado das respostas dadas ao questionário por segmento da comunidade escolar**

Segmento	Questão 1		Questão 2		Questão 3	
	sim	não	sim	não	sim	não
Professores e funcionários	2	3	2	3		2
Pais ou responsáveis	5	42	5	22	7	70
Alunos do 6º ao 9º ano		03	1	75		98
Alunos da EJA		91		91	1	75

Quando computamos os resultados do questionário percebemos o quanto o nosso Conselho Escolar estava distante da sua comunidade, pois poucos sabiam da existência desse colegiado e quem eram seus membros.

No segmento professores e funcionários fomos surpreendidos pelo número de pesquisados que não conheciam os seus representantes, evidenciando



assim o quanto temos que caminhar para a construção da gestão democrática em nossa escola.

Nos segmentos alunos, pais ou responsáveis o resultado foi ainda mais impressionante, pois a maioria dos entrevistados não sabiam da existência desse colegiado e tão pouco quem os representava.

Após a tabulação dos dados, e principalmente no momento da exposição dos resultados do questionário, o próprio conselho escolar percebeu que na verdade, não exercia a maioria das suas funções, não entendia que poderia deliberar decisões importantes na escola, uma vez que foram eleitos e representavam todos os segmentos da Comunidade Escolar. Esta situação nos remete aos estudos de WERLE (2003), [...] ele é o que a comunidade escolar estabelece, constitui e operacionaliza.” Quando esse se apropria do seu papel, se transforma em um agente atuante e não só em um aprovador de contas da escola.

Naquele momento foi possível perceber que o trabalho estava apenas iniciando, havia muito a fazer, então, começamos a organizar uma nova etapa de trabalho realizando novas reuniões com o Conselho Escolar para estudar, debater e encontrar estratégias para se fazer mais presente na escola.

Acreditamos que a Gestão Democrática tem instrumentos que podem “fazer acontecer”, de forma ética e dentro dos princípios éticos. Contudo, é eminente a necessidade do gestor escolar se despir do seu autoritarismo e aprender a gerir dentro de princípios que norteiam a gestão democrática, pois como cita DOURADO (2005) “...a gestão adotada pelos sistemas públicos conserva, ainda hoje, características de um modelo centralizador”, então o conselho escolar necessita exercer o seu papel e ser um aliado da equipe diretiva para que a escola possa ser um espaço que faz “a diferença” na vida das pessoas.

Estamos falando de uma escola que se esforça para o desenvolvimento de uma educação pública, que respeita a diversidade, promove uma educação igualitária e de qualidade.

### 3 AÇÕES ANALISADAS

A seguir faremos o relato das ações implantadas em nossa escola, com o objetivo de construir um projeto de intervenção que fosse capaz de trazer alguma mudança no cotidiano escolar. Assim, ao longo do desenvolvimento do trabalho realizamos diversas reuniões com os membros do Conselho Escolar e uma Assembléia Geral com a Comunidade Escolar.

No transcorrer de algumas reuniões notamos as dificuldades de reunir todos os membros do Conselho Escolar, em que percebemos também, que nem todos os participantes demonstravam interesse no que estava sendo tratado. Foi então, que decidimos realizar um projeto de intervenção junto a esse órgão colegiado.

Um momento que consideramos muito importante foi quando participamos da Assembléia Geral da Escola, e entre os vários assuntos tratados, o Conselho Escolar foi apresentado à sua Comunidade, foi então que percebemos que a maioria das pessoas, ali presentes desconheciam a função do conselho escolar, bem como os seus representantes. As fls. 24 anexamos a transcrição da ata dessa assembléia.

Diante desse fato, volto a lembrar do que diz WERLE ( 2003): "não existe Conselho vazio, ele é o que a comunidade escolar estabelece, constitui e operacionaliza". Portanto, percebemos através dessas reuniões que estávamos, nós, equipe diretiva, deixando o nosso conselho escolar, vazio, sem voz, sem ação.

Resolvemos elaborar um questionário que foi entregue a toda a Comunidade Escolar, com o objetivo de termos um retrato fiel do que a nossa comunidade sabia a respeito desse colegiado, elaboramos três questões de escolha simples; todos os segmentos da comunidade escolar receberam o mesmo instrumento de pesquisa.

Ao enviarmos os questionários destacamos no mesmo, qual o segmento que estaria respondendo, pois, necessitávamos de resposta por segmento e não solicitamos a identificação do entrevistado. Esses questionários foram enviados a todos os professores e funcionários e a todos os alunos do 6º ao 9º do Ensino Fundamental de 9 anos e para todos os alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Quando realizamos esse questionamento com os alunos optamos por solicitar ao professor conselheiro da turma que cedesse um período de suas aulas para que pudessemos explicar o objetivo desse trabalho e a importância do retorno do instrumento respondido. Então, aplicávamos e recebíamos os questionários na mesma aula daqueles que se disponham a nos responder naquele momento, alguns alunos preferiram responder em outro momento e nos devolver em uma data pré determinada.

Para o segmento de pais e responsáveis optamos por enviar um questionário por família.

O que mais nos surpreendeu quando tabulamos as respostas foi que alguns professores sequer conheciam os seus representantes.

No segmento de pais e alunos as respostas dadas, nos causaram mais surpresa ainda, pois além de não conhecermos seus representantes, muitos sequer sabiam o que era e quais as atribuições de um Conselho Escolar.

Quando, novamente nos reunimos para conversar e tabular os resultados percebemos que o nosso Conselho Escolar estava muito distante da escola e da sua comunidade, e que existia a necessidade e a urgência de mudar esse quadro.

Acredito que a própria direção da escola colocou essa barreira entre o conselho e a escola, quando na verdade ela deve ser o eixo integrador para que realmente exista a gestão democrática, como cita PARO (2005):

[...] a gestão democrática tem como finalidade promover a partilha do poder entre os dirigentes, professores, pais, alunos e funcionários, e de facilitar a participação de todos nas tomadas de decisões relativas ao exercício das funções da escola com vistas à realização de suas finalidades.

Percebemos que, ao estudarmos juntos, as atribuições do Conselho Escolar, e debatermos sobre a gestão democrática, conseguimos semear uma vontade do conselho se integrar a escola e unidos construírem uma gestão participativa que venha ao encontro de uma educação de qualidade e democrática.

Prova disso, são as participações do Conselho Escolar nas decisões sobre os festejos do final de semestre, em que junto à direção, determinaram onde seriam usados os recursos ali recebidos e, principalmente, a participação do mesmo para o início de um novo Projeto de Intervenção, com o objetivo de reelaborar o

nosso Projeto Político Pedagógico, projeto esse que já se iniciou no segundo semestre letivo do corrente ano.

Outro fato que consideramos positivo foi quando os representantes do segmento funcionários, que durante as primeiras reuniões nos davam a impressão que nada falariam e pouco teriam a participar, no decorrer do trabalho foram tendo voz, como relatamos a seguir.

Em uma reunião mensal do Conselho Escolar, que ocorreu no dia: 15/07/2015 aconteceu um momento que transcrevemos abaixo, onde a representante dos funcionários questionou a direção da escola da seguinte maneira:

"Diretora se eu falar o que eu acho sobre essa questão da abertura dos portões a senhora não vai se incomodar, né?"

Com essa fala percebemos que a representante dos funcionários temia uma reação negativa da direção da escola, primeiro porque tinha na figura da direção, o chefe, o diretor e depois porque sempre o conselho escolar foi chamado somente para aprovar as questões já determinadas, isso é, somente assinar a ata de presença à reunião e a concordância com o que ali estava sendo tratado e nunca para debater e encontrar soluções para os problemas apresentados.

Naquela oportunidade sentimos que o nosso trabalho estava dando resultados, pois, agora as pessoas começavam a opinar, a mostrar a sua visão em determinados assuntos, enfim estavam participando da vida da escola. Começamos a notar a escola diferente, com ideias surgindo e debates sendo feitos. Professores e funcionários mais participativos. O segmento dos pais e alunos já se faz presente, quando realizamos os Conselhos de Classe Participativos.

Ao desenvolvermos esse trabalho com os alunos, começamos com uma turma de cada vez, que junto ao seu professor conselheiro, elaboraram um perfil dessa turma, uma auto-avaliação, sugestões e críticas do que vem sendo desenvolvido pedagogicamente pela escola. No dia do Conselho de Classe reunimos os alunos, seus pais ou responsáveis e professores, que juntamente com a equipe diretiva realizam o trabalho. Durante a execução do Conselho de Classe referente ao segundo trimestre, convidamos o Conselho Escolar para que fossem participar de algumas turmas e percebemos como se sentiram integrados com o desenvolvimento do trabalho pedagógico da escola

Durante a execução desses trabalhos notamos o nosso colegiado mais autônomo, mais confiante no seu papel e, principalmente, mais parceiro da direção da escola.

Quanto à direção da escola sentimos que também ela está mais aberta a receber sugestões, críticas e está sentindo-se mais apoiada nas decisões tomadas.

Essa nossa caminhada nos remete a GANDIN ( s.d.)”...assim o que importa não é fazermos muitas coisas, mas saber o porque de cada uma das coisas que fazemos...[...], é preciso que, nas escolas , construamos coletivamente os nossos pontos de chegada, nossos ideais coletivos”.

Sabemos que o caminho a percorrer é longo e que a democracia na escola não é dada mediante uma lei, mas uma construção permanente, com erros e acertos, mas temos a certeza que para se construir um país que preze a igualdade e a democracia a escola é um dos espaços dessa construção.

#### 4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Esse trabalho apresentou uma reflexão sobre um projeto de intervenção implantando em nossa escola, que desenvolvemos durante o Curso de Especialização em Gestão Escolar.

Tínhamos como objetivo inicial debater com os membros do Conselho Escolar qual era a sua função e importância dentro do colegiado e, esse dentro da escola, pois percebíamos que os membros do nosso Conselho Escolar vinham até à escola quando chamados pela direção para simplesmente aprovarem a prestação de contas, sem sequer opinar sobre os gastos, onde esses recursos poderiam melhor ser aproveitados e nem participavam de qualquer outra decisão em relação a instituição.

Reafirmando o que cita GRACINDO (2005. p.40), quando diz que “...os Conselhos Escolares em sua grande maioria, têm desenvolvido uma ação meramente fiscalizadora, que pouco contribui para a melhoria da prática social da educação”.

A partir das reuniões e estudos que realizamos sobre a legislação dos Conselhos Escolares e sobre a lei da Gestão Democrática, os conselheiros perceberam que representam toda uma comunidade escolar e que juntos direção e Conselho Escolar poderão trabalhar para uma escola pública de qualidade e mais democrática.

Entendemos que não é fácil para os diretores da escola, acostumados a tomar decisões de forma mais solitária, dividirem o "poder" e comecem a trabalhar de forma compartilhada com esse colegiado.

Notamos que uma das maiores dificuldades que encontramos foi a questão da mantenedora nem sempre aceitar as decisões e demandas da escola, a verticalidade nas decisões é fato histórico na educação pública brasileira, e não seria diferente nas suas instâncias administrativas.

Sabemos que temos um longo caminho pela frente, mas já percebemos que o nosso conselho já está se fazendo presente na escola, auxilia, sugere, critica e, junto à direção tenta buscar soluções. Ainda temos a dificuldade de reunir todos os membros do Conselho Escolar em um único horário, devido ao horário de

trabalho de cada um dos envolvidos, porém, dentro do possível estão se fazendo presentes em várias reuniões, como por exemplo: nos conselhos participativos do segundo trimestre e nas reuniões de reelaboração do Projeto Político e Pedagógico da escola.

Um dos objetivos que estamos traçando para o próximo ano é a conclusão da reelaboração do nosso Plano Político Pedagógico, já iniciamos as reuniões e estamos elaborando os questionários para enviar à Comunidade Escolar.

Ainda que a participação do Conselho Escolar não seja plena em nossa escola podemos considerar como um avanço, essas participações, pois estamos procurando vivenciar a democracia dentro da nossa instituição, buscando cada vez mais a participação da nossa Comunidade Escolar, e esses novos hábitos demandam tempo.

Acreditamos que não será um trabalho fácil, teremos muitos desafios, conflitos de ideias, discussões, porém temos a esperança de, finalmente, termos um Projeto Político Pedagógico que retrate a nossa realidade, a nossa comunidade, que realmente mostre quem somos, e o que queremos em educação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988**. Porto Alegre: CORAG, 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial {da União},6. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica: **Conselho Escolar: Estratégia de Gestão Democrática**. Brasília, 2011. v.15

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Gestão Democrática da Educação. Boletim 19. Brasília. 2005

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995**, alterada pela **Lei Estadual nº 11.695, de 10 de dezembro de 2001**. Gestão Democrática do Ensino Público

BATISTA, Neusa Chaves. **O Conselho Escolar e a Gestão Democrática da escola Pública no Brasil**. UFRGS. Dissertação de Mestrado, FAGED/UFRGS . 2012

\_\_\_\_\_. **Gestão democrática da escola pública: O Conselho Escolar como instrumento**. UFRGS. 2014

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos**. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

DOURADO, Luiz Fernandez. **O conselho escolar e o processo de escolha do diretor de escola**. MEC. Boletim 19.2005

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. [www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a11v31n3.pdf). Acesso em 24/05/2015.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (Org.) **Autonomia da educação: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997



GANDIN, Luis Armando. **Projeto Político-Pedagógico: Construção Coletiva do Rumo da Escola**. aulasprofeneusa.pbworks.com/w/file/44840259/6\_Gandin.pdf. Acesso em 06/10/2015

GRACINDO, Regina Vinhares. **Os conselhos escolares e a educação com qualidade social**. MEC. Boletim 19. 2005

IPEA. Comunicados do IPEA, nº 66 - PNAD 2009 – Primeiras Análises: Situação da educação brasileira – avanços e problemas.. Brasília, IPEA, 2010.

LIBANEO, José Carlos. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10ª ed. São Paulo. ED Cortez, 1012

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3ªed. São Paulo. Editora Ática, 2005.

RICHARDSON. **Pesquisa-ação**. Disponível em:  
<http://pesquisaacao4.pbworks.com/w/page/16066001/>. Acesso em 12/06/2015.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselhos Escolares: implicações na gestão da escola básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

**APENSO - A**

## Transcrição da Ata nº 04/2015 - Conselho Escolar

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e quinze reuniram-se nesse estabelecimento de Ensino: a equipe diretiva da escola, os professores, funcionários, pais, alunos e Conselho Escolar para apreciação e aprovação do Calendário Escolar, alteração no horário de entrada e saída dos alunos dos turnos manhã e tarde, normas de convivência da escola e apresentação dos membros do Conselho Escolar. No primeiro momento a diretora da escola agradece a presença de todos e diz do prazer e da importância dessa assembléia, pois ela vai deliberar o andamento do nosso ano letivo. A diretora passa a palavra para a supervisora da escola e essa apresenta através de multimídia o Calendário Escolar 2015, com duas opções para aprovação: na primeira opção as férias de inverno dos alunos serão de somente uma semana e teremos menos sábados ao longo do ano letivo e a opção seguinte é de férias de duas semanas, no inverno e de dez sábados letivos ao longo do ano. Após a explanação dos calendários eles foram à votação e a maioria dos presentes optou por duas semanas de férias no inverno para os alunos e dez sábados letivos ao longo do ano. Nesse momento a diretora da escola expõe aos pais que a escola passa por dificuldades quanto à segurança dos nossos alunos, devido ao número reduzido de funcionários e a falta de um porteiro e até mesmo de um PM residente. Foi informado à Comunidade Escolar que a partir desse ano o nosso horário estaria alterado para: turno manhã, entrada 7h45min, saída às 12h e turno da tarde, entrada às 13h15min e saída às 17h 30min. Também foi informado que o portão dos fundos da escola seria aberto somente dez minutos antes da entrada de cada turno e fechado cinco minutos após a entrada dos alunos. Fora desse horário o acesso da escola somente se dará através do portão principal de entrada. Quanto ao horário de funcionamento do noturno, esse mantém inalterado sendo das 19h às 23h e o acesso somente pelo portão principal. A partir de agora a Prof<sup>a</sup> Rita vai explanar as normas de convivência que foram elaboradas pelo Conselho Escolar e Equipe diretiva e professores da escola para conhecimento e

aprovação dos presentes. Essas normas tratam de vestimenta adequada às aulas, proibição do uso de celulares em sala de aula, normas disciplinares, entre outras. Os presentes aprovaram por unanimidade as normas de convivência da escola. Nesse momento, a Prof<sup>a</sup> Cláudia participa aos presentes a presença dos participantes do conselho escolar e de forma breve coloca aos presentes qual a função desse colegiado e passa a palavra à presidente do Conselho que apresenta todos os conselheiros explicando a função de cada um. A professora Cláudia explica aos pais que está desenvolvendo um trabalho junto ao Conselho Escolar e que todos receberão em breve um questionário para responderem e que ela solicita que todos participem devolvendo o mesmo respondido e que não haverá necessidade de identificação. Nesse momento a direção assume novamente a reunião colocando-se a disposição para os questionamentos e sugestões. Nada mais havendo a declarar, lavro a presente ata que vai assinada por mim e demais presentes.

**APENSO - B**

Modelo do questionário enviado a todos os segmentos

**Escola Estadual de Ensino Fundamental xxxxxxx**

**Turma:** \_\_\_\_\_ **Ano:** \_\_\_\_\_ **Segmento:** \_\_\_\_\_

Você está recebendo um pequeno questionário sobre Conselho Escolar. Sua participação é muito importante para o desenvolvimento do nosso trabalho. Não é necessário que você se identifique.

Marque somente uma das alternativas de cada pergunta.

1) Você sabe se existe Conselho Escolar em nossa escola?

Sim

Não

2) Um Conselho Escolar é formado por representantes de todos os segmentos da Comunidade Escolar. Ele é formado pela direção da escola, professores, funcionários, pais e alunos. Dentro do segmento que você se encaixa, você conhece os seus representantes?

Sim

Não

3) Uma das funções básicas que o Conselho Escolar exerce é a de integrar a escola com a sua comunidade local, incentivando-a a participar de ações tanto pela escola quanto pela comunidade. O Conselho Escolar da sua escola exerce essa função?

Sim

Não

